

San Marino

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO RELATÓRIO 2021

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA



A República de San Marino não tem uma Constituição escrita. As disposições legais que asseguram a liberdade religiosa estão contidas em vários textos legislativos, o mais importante dos quais é a Declaração dos Direitos do Cidadão e Princípios Fundamentais da Lei de San Marino de 1974 (alterada em 2002).¹ O artigo 4.º da Declaração prevê: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de estatuto pessoal, econômico, social, político e religioso”.² O artigo 6.º declara: “Toda a pessoa gozará de liberdades civis e políticas na República. Em particular, serão garantidas as liberdades pessoais, a liberdade de residência, de estabelecimento e de expatriação, a

liberdade de reunião e de associação, a liberdade de pensamento, de consciência e de religião”.³

Não existe religião estatal estabelecida, embora o Catolicismo seja a maior religião e seja comum ver símbolos religiosos como crucifixos em tribunais e outros espaços públicos. Em 2009, após uma decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de Estrasburgo que afirmou que os crucifixos não deveriam existir nas salas de aula, o Governo rejeitou o pedido do partido de esquerda Sinistra Unita para retirar os crucifixos de todas as escolas.⁴

O Código Penal contém um capítulo sobre “Ofensas contra a fé religiosa e sentimentos para com o falecido”, que inclui os crimes de “Insulto religioso”, “Violação da liberdade religiosa”, “Interferência com cerimônias religiosas” e “Blasfêmia ou desprezo pelo falecido”. Os quatro crimes podem ser punidos com uma pena de prisão de ‘primeiro grau’ de até 15 dias.⁵

O Estado apoia a Igreja Católica através dos pagamentos provenientes do imposto sobre o rendimento. Os contribuintes podem solicitar que 0,3% dos seus impostos sobre o rendimento sejam atribuídos à Igreja Católica ou a outras instituições de caridade, incluindo outros grupos religiosos.⁶

Não há escolas religiosas privadas. A educação religiosa católica é disponibilizada, mas não é obrigatória nas escolas públicas.

Há vários acordos entre a República de San Marino e a Santa Sé: a Convenção Monetária de 1931, o Acordo sobre Festividades Religiosas de 1989⁷ e a Concordata de 1992.⁸ No mais recente, o artigo 2.º prevê um Gabinete de Capelania de Hospital e Lar de Idosos para prestar assistência espiritual aos pacientes dos hospitais e aos residentes em lares de idosos. O artigo 3.º disponibiliza o mesmo aos católicos na prisão. O artigo 7.º (n.º 2) estabelece um fundo de apoio às atividades humanitárias, sociais e de bem-estar.

Durante o período em análise, a Santa Sé e a República de San Marino assinaram outro acordo na cidade de San Marino a 26 de

setembro de 2018 relativo ao ensino da religião católica nas escolas públicas. O acordo foi ratificado a 27 de setembro do mesmo ano.⁹

O acordo consiste em 4 artigos que, entre outras disposições, asseguram “o ensino religioso católico nas escolas públicas a todos os níveis, exceto universitário” e concedem “ao ensino religioso católico o mesmo ‘estatuto’ e dignidade educativa e cultural de outras disciplinas curriculares” (artigo 1.º).¹⁰ O acordo de 2018 pôs fim a uma série de controvérsias que surgiram após um pedido feito em 2017 para substituir a educação religiosa católica nas escolas públicas por cursos seculares.¹¹

Há cerca de 200 testemunhas de Jeová em San Marino, que estão registradas como associação. Elas são livres de praticarem a sua fé, mas, de acordo com o Relatório de 2018 da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), o fato de as testemunhas de Jeová estarem registradas como associação e não como religião “leva à aplicação de normas administrativas específicas para empresas, que não são adequadas à prática religiosa.”¹² O mesmo se aplica às normas para a comunidade islâmica.¹³ Por isso, a ECRI propôs que seria útil estabelecer “um órgão consultivo para promover o diálogo regular entre o Estado e as comunidades religiosas minoritárias, para analisar problemas práticos que a prática religiosa pode criar e propor medidas para os resolver”.¹⁴ Até 2020, não tinham sido tomadas quaisquer medidas.

INCIDENTES E EVOLUÇÃO



Durante o período em análise, a ratificação do mencionado acordo entre a Santa Sé e a República de San Marino sobre a educação religiosa católica nas escolas públicas pôs fim ao debate sobre a educação religiosa católica nas escolas públicas.

No entanto, este debate foi substituído por outro sobre a descriminalização do aborto. No dia 7 de junho de 2019, duas iniciativas de cidadãos (Arengo) foram submetidas às autoridades com o título: “Apoio aos pais e filhos por nascer” e “Regras sobre procriação consciente e responsável e interrupção voluntária da gravidez”.¹⁵

Os promotores da segunda iniciativa dizem que procuram “proteger a autodeterminação das mulheres, a sua liberdade de escolha no campo sexual-reprodutivo e a possibilidade de interromperem a gravidez se não for desejada”.¹⁶

A comunidade católica lançou um aviso sobre as iniciativas que alegam que seria negado aos médicos o direito ao trabalho se exercessem o seu direito à objeção de consciência.¹⁷ Na altura da redação do presente relatório, nenhuma destas iniciativas tinha sido aprovada.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA



Apesar das controvérsias acima mencionadas, não foram relatados casos significativos de intolerância religiosa no período em análise. As relações inter-religiosas são boas e, desde 2016, realiza-se anualmente um fórum de diálogo inter-religioso que reúne representantes de diferentes religiões para promover a compreensão e o conhecimento mútuos.¹⁸

O estado da liberdade religiosa na República de San Marino é positivo e não há razões para esperar que isso mude num futuro próximo.

NOTAS

¹ Dichiarazione dei diritti dei cittadini e dei principi fondamentali dell'ordinamento sammarinese. Testo coordinato della Legge 8 luglio 1974, n.59, con le modifiche derivanti dalle Leggi 19 settembre 2000, n.95 e 26 febbraio 2002, n.36, Consiglio Grande e Generale, 8 de julho de 2002, <https://www.consigliograndeegenerale.sm/on-line/home/archivio-leggi-decreti-e-regolamenti/scheda17015268.html> (acesso em 1 de dezembro de 2020).

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ “Sinistra Unita chiede la rimozione del crocifisso dalla scuole”, Giornale, 3 de novembro de 2009, <http://archive.is/y1lq> (acesso em 11 de março de 2020).

⁵ Emanazione del Nuovo Codice Penale, Consiglio Grande e Generale, 1 de março de 1974, <https://www.consigliograndeegenerale.sm/on-line/home/archivio-leggi-decreti-e-regolamenti/documento17019121.html> (acesso em 11 de março de 2020).

⁶ “Ratifica accordo tra la Repubblica di San marino e la Santa Sede”, Consiglio Grande e Generale, 30 de junho de 1992, <https://www.consigliograndeegenerale.sm/on-line/home/archivio-leggi-decreti-e-regolamenti/scheda17013921.html> (acesso em 11 de março de 2020).

⁷ “Accordo dell’11 luglio 1989 sul riconoscimento civile delle feste religiose”, Bilateral Treaties of the Holy See, Canon Law Resource, https://www.iuscangreg.it/accordi_santa_sede.php?lang=EN#SSanMarino (acesso em 1 de dezembro de 2020).

⁸ “Concordato fra la Santa Sede e la Repubblica di San Marino”, Acordos da Santa Sé, https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/index_concordati-accordi_en.htm (acesso em 1 de dezembro de 2020).

⁹ “Decreto Consiliare n.128”, Consiglio Grande e Generale, 27 de

setembro de 2018, <https://www.consigliograndeegenerale.sm/on-line/home/scheda17159870.html> (acesso em 11 de março de 2020).

¹⁰ Ibid.

¹¹ “Agenda”, Consiglio Grande e Generale, 21 de fevereiro de 2017, <https://www.consigliograndeegenerale.sm/on-line/home/lavori-consiliari/details-of-convocations/documento17094098.html> (acesso em 11 de março de 2020).

¹² “ECRI Report on San Marino (fifth monitoring cycle)”, European Commission against Racism and Intolerance (ECRI), p.22, 27 de fevereiro de 2018, <https://rm.coe.int/fifth-report-on-san-marino/16808b5bd6> (acesso em 1 de dezembro de 2020).

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ “Seduta caratterizzata dai temi legati ad aborto e tutela della genitorialità”, Libertas, 7 de junho de 2019, <http://www.libertas.sm/notizie/2019/06/07/seduta-caratterizzata-dai-temi-legati-ad-aborto-e-tutela-della-genitorialit.html> (acesso em 11 de março de 2020).

¹⁶ Ibid.

¹⁷ “San Marino, aborto: diritto all’obiezione di coscienza, su Cultura Cattolica”, Libertas, 22 de setembro de 2019, <http://www.libertas.sm/notizie/2019/09/22/san-marino-aborto-diritto-allobiezione-di-coscienza-su-cultura-cattolica.html> (acesso em 11 de março de 2020).

¹⁸ “Gli atti del 4° Forum del Dialogo e la presentazione del tema del 5°”, Tribuna Politica, 2 de outubro de 2019, https://www.tribunapoliticaweb.sm/attualita/2019/10/02/43665_gli-atti-del-4-forum-del-dialogo-e-la-presentazione-del-tema-del-5/ (acesso em 11 de março de 2020).



SOBRE A **ACN**

ACN (Ajuda à Igreja que Sofre no Brasil) é uma organização católica fundada em 1947 pelo Padre Werenfried van Straaten para ajudar os refugiados de guerra. Desde 2011 reconhecida como fundação pontifícia, a ACN dedica-se a ajudar os cristãos no mundo inteiro – através da informação, oração e ação – especialmente onde estes são perseguidos ou sofrem necessidades materiais. A ACN auxilia todos os anos uma média de 5.000 projetos em 130 países graças às doações de benfeitores, dado que a fundação não recebe financiamento público.

CONHEÇA A ACN